



1 **ATA DA 106ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS).**

2 Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, as quatorze horas, em  
3 formato presencial, no Centro de Formação Continuada – Rua Esteves Júnior, nº 280 – sala  
4 01 - Centro – Florianópolis/SC, foi realizada a 106ª Reunião Ordinária do CMHIS, da qual  
5 participaram os conselheiros: Maria Ester Schorn Harb e Juliana Hartmann Gomes  
6 (SMHDU/HIS); Caroline Pereira da Silva Nunes (FLORAM); Flávio Gonçalves dos Santos Filho  
7 (SMC); Carlos Alberto Veloso (SEMAS); Telma de Oliveira Pitta (SMHDU/Urb. e Serv.  
8 Públicos); Aline Fabiana Mattana (PGM); Guilherme Santos de Farias (IAB/SC); Joanir Maria  
9 Neves de Souza (OSCIPI Moradia e Cidadania SC); Kleber Pinho (Região Leste da Ilha);  
10 Roseane Lucia Panini (Região Sul da Ilha); Lizete Contin (Região Continental); Ivânio Alves da  
11 Luz (UFECO), representando doze (12) entidades. Também estiveram presente: Ivanna Carla  
12 Tomasi (SMHDU) e Paulina Korc (secretária do Conselho), somando um total de quinze (15)  
13 participantes. A Presidente, **Maria Ester Schorn Harb**, conduziu a 106ª Reunião Ordinária do  
14 CMHIS. Inicialmente, cumprimentou a todos e agradeceu pelo compromisso e participação de  
15 cada conselheiro. Na sequência, apresentou as justificativas de ausência dos conselheiros:  
16 Maria do Carmo da Silva e Willen Andra Maia Kasseby (Região Norte da Ilha); Leide Sayuri  
17 Ogasawara (Região Centro da Ilha); Patrícia Ivone Alves (SEMAS); Aliator Silveira  
18 (Associação FloripAmanhã); Pedro Schultz Fonseca Baptista (CAU/SC) , as quais foram  
19 homologadas. Dando prosseguimento à reunião, a secretária executiva, **Paulina Korc**,  
20 cientificou os presentes sobre a substituição de alguns representantes governamentais por  
21 conta da nova lei do CMHIS, Lei 11.121/2023, a qual exige que, pelo menos um dos  
22 representantes governamentais de cada órgão, seja servidor efetivo do Município. Na  
23 sequência, **Maria Ester** colocou em apreciação a ata da 105ª Reunião Ordinária realizada no  
24 dia 14/12/2023, sendo aprovada por unanimidade. De acordo com a pauta, a Presidente  
25 passou a palavra à Secretária Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SMHDU),  
26 Ivanna Carla Tomasi, para que apresentasse do Projeto Minha Casa Minha Vida (MCMV) -  
27 Marielle – Alto da Caeira. A arquiteta e urbanista Ivanna, inicialmente contextualizou a  
28 amplitude da estrutura da SMHDU, salientando seu compromisso com a política de habitação  
29 de interesse social. Na oportunidade, **Ivanna** salientou a importância do papel do CMHIS na  
30 discussão do projeto que envolve as famílias da Comunidade Marielle. **Ivanna** solicitou a  
31 apresentação dos presentes e, na sequência, discorreu sobre o projeto MCMV – Alto Caeira.  
32 **Ivanna** destacou que o Conselho poderá sugerir alternativas para melhor condução dos  
33 trabalhos junto à Comunidade Marielle. Inicialmente cientificou os conselheiros que o  
34 município encaminhou três (3) projetos ao Ministério das Cidades, sendo contemplado com o



35 projeto do Alto Caiera. Na sequência, contextualizou a área onde está localizada a  
36 Comunidade Marielle. **Ivanna** salientou que o projeto inicial, encaminhado ao Ministério das  
37 Cidades, previa 192 unidades habitacionais (apartamentos). Para implementar o projeto inicial,  
38 seria necessário remanejar todas as famílias do local, porém a Comunidade não aceitou esta  
39 proposta. No sentido de atualizar o perfil socioeconômico da Comunidade, a Prefeitura está  
40 realizando a atualização cadastral das famílias tendo, até o momento, 94 (noventa e quatro)  
41 famílias cadastradas e 87 (oitenta e sete) ainda em fase de cadastramento. Deste total, 38  
42 (trinta e oito) estão na área afetada pelo conjunto habitacional, as quais provisoriamente,  
43 precisão do Auxílio Habitacional ou de alojamento provisório, até a conclusão das obras, cujo  
44 prazo é de 18 (dezoito) meses. Após iniciar as tratativas sobre o projeto com a Comunidade,  
45 houve necessidade de rever o projeto. Sendo assim, foram estabelecidas as seguintes  
46 diretrizes de projeto: mínimo 164 e no máximo de 184 unidades habitacionais; residências  
47 multifamiliares, contemplando ainda salas comerciais no térreo voltadas para via principal e  
48 um espaço de uso comunitário coberto; com relação a área construída do empreendimento, o  
49 projeto deverá obedecer aos seguintes critérios: as unidades habitacionais devem apresentar  
50 área útil mínima de 45,5m<sup>2</sup>; as unidades comerciais devem totalizar 273,00m<sup>2</sup> (área útil), com  
51 área de cada unidade entre 15,00m<sup>2</sup> e 45,5m<sup>2</sup>; o espaço de uso comunitário 91,00m<sup>2</sup> de área  
52 útil mínima. **Maria Ester** sugeriu aos conselheiros a consulta à Portaria 1482, de 21/11/2023  
53 do Ministério das Cidades. **Ivanna** informou que inicialmente, havia 24 (vinte e quatro) famílias  
54 e, atualmente, residem no local, aproximadamente 223 famílias na Comunidade Marielle. O  
55 município propôs à Comunidade que todas as famílias residentes na área atingida pelo projeto  
56 fossem atendidas pelo Auxílio Habitacional até a conclusão das obras, porém nem todas as  
57 famílias aceitaram, sugerindo a construção de alojamento provisório. Também há famílias que  
58 querem permanecer residindo em suas casas, não aceitando residir nos apartamentos. Neste  
59 caso, o Município já cientificou essas famílias sobre a impossibilidade de inserir a  
60 regularização fundiária desta área neste projeto. A **Secretária da SMH DU** relatou que estão  
61 sendo realizadas reuniões junto à Comunidade, para construir a proposta do projeto, acatando  
62 as solicitações da Comunidade, as quais precisam estar de acordo com as exigências do  
63 Ministério das Cidades. Em relação a relocação das famílias que residem na área onde será  
64 edificado pelo empreendimento, o Município está sistematicamente se reunindo com a  
65 Comunidade, para buscar alternativas de conciliar os anseios da Comunidade. **Ivanna**  
66 destacou que o Município está avaliando alternativas que como fazer os alojamentos  
67 provisórios sem dispendar valor alto de recursos para este fim que é para uso temporário, mas  
68 que as famílias fiquem bem instaladas. Disse ainda que o Município já teve experiências de



69 alojamentos provisórios. Para tanto, **Ivanna** enfatizou que a proposta está sendo construída  
70 junto à Comunidade. Em relação ao cronograma junto à Caixa, **Ivanna** informou que nos  
71 próximos dias deverá ser publicado o chamamento das empresas para elaboração do projeto  
72 arquitetônico. Até o dia 18 de abril, o Município deverá enviar à Caixa Econômica o nome da  
73 empresa definida no chamamento público. Esta empresa, com base nas diretrizes  
74 estabelecidas entre o Município e a Comunidade, deverá elaborar o projeto arquitetônico.  
75 **Ivanna** destacou que, uma das exigências do Ministério das Cidades é a composição de uma  
76 Comissão técnica para acompanhamento do processo de elaboração do projeto arquitetônico.  
77 Esta comissão será composta pelos técnicos: Juliana Hartmann Gomes, Maria Ester Schorn  
78 Harb, Ivanna Carla Tomasi e Kelly Cristina Vieira. Os conselheiros solicitaram que o Conselho  
79 fizesse parte da Comissão técnica. Na sequência, alguns conselheiros manifestaram suas  
80 indagações sendo esclarecidas pela Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Em  
81 relação aos equipamentos comunitários, **Ivanna** esclareceu que, como o projeto habitacional  
82 será na área onde elas residem, as mesmas já estão assistidas no atendimento da Unidade de  
83 Saúde, creche, escola dentre outros. Em relação às experiências anteriores sobre os  
84 alojamentos provisórios, por solicitação dos conselhos, **Paulina** fez um breve relato sobre os  
85 aspectos positivos e, principalmente, os desafios, tanto junto às famílias da Via Expressa,  
86 quanto do Projeto Chico Mendes. **Ivanna** informou que é provável que o Município utilize o  
87 projeto modular desmontável para os alojamentos provisórios. Em relação ao financiamento,  
88 **Juliana** informou que será a parcela mínima de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e a máxima será  
89 de até 10% (dez) da renda familiar, pelo período de dez (10) anos. Disse ainda que o projeto  
90 atende a Faixa I, sendo a renda familiar de até 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta mil  
91 reais). O custo do empreendimento será de 169 (cento e sessenta e nove) mil reais por  
92 unidade habitacional. Finalizada apresentação e os esclarecimentos, **Ivanna** se colocou à  
93 disposição dos conselheiros e, na oportunidade, **Maria Ester** agradeceu à Secretária  
94 Municipal por atender o Conselho, prestando as informações sobre o projeto Minha Casa  
95 Minha Vida – Alto Caeira. Na sequência, **Paulina** sugeriu que nas reuniões subsequentes, as  
96 representantes da SMH DU/Habitação, Maria Ester e Juliana, fossem atualizando o Conselho  
97 sem relação ao andamento do projeto. Dando prosseguimento à reunião, de acordo com a  
98 pauta, **Paulina** disse que uma das pautas pendentes de dezembro/2023 é a revisão do  
99 Regimento Interno do CMHIS. Sugeriu a recomposição da Comissão para este fim, à qual se  
100 dispuseram a fazer parte: Maria Ester, Ivânio, Lizete, Aline e Paulina. A secretária executiva  
101 salientou ainda que, com a revisão e aprovação do regimento interno, será possível o  
102 Conselho eleger a Mesa Diretora, com base nas disposições do regimento interno. Os



103 conselheiros deliberaram que a próxima reunião, dia 14/03/2024, será no formato online para  
104 apreciar e aprovar a revisão do regimento interno. Já a reunião subsequente será presencial,  
105 com eleição do Vice-Presidente e do Secretário, compondo a Mesa Diretora juntamente com a  
106 Presidente, conforme Lei 11.121/2023. Nada mais havendo a tratar, **Maria Ester Schorn Harb**  
107 encerrou a reunião agradecendo a participação de todos e eu, **Paulina Korc**, redigi a presente  
108 ata.



106ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

DIA: 22 de fevereiro de 2024

HORA: 14 às 16 horas

LOCAL: Centro de Formação Continuada – Rua Esteves Júnior, nº 280 – Centro – Florianópolis/SC.

LISTA DE PRESENÇA

INSTITUIÇÃO	NOME	ASSINATURA
SMHOU/habitação	Maria Ester Schorn Harb	<i>Maria Ester Schorn Harb</i>
	Juliana Hartmann Gomes	<i>Juliana Hartmann Gomes</i>
BESPVSMSP	Luiz Eduardo Machado	
	Marcos Roberto Leal	
FLORAM	Caroline Pereira da Silva Nunes	<i>Caroline Pereira da Silva Nunes</i>
	Jatyr Fritsch Borges	
IPUF	Julian Reclere Riquel dos Santos	
	Ivan Couto Junior	
SMC	Flávio Gonçalves dos Santos Filho	<i>Flávio Gonçalves dos Santos Filho</i>
	Natan Sabino Rodrigues	
SEMAS	Patrícia Ivone Alves	Justificou ausência
	Carlos Alberto Veloso	<i>Carlos Alberto Veloso</i>
SMHOU/urb e Serv. Públicos	Telma de Oliveira Pitta	<i>Telma de Oliveira Pitta</i>
	Marcelo Suez Haseda	
	Aline Fabiana Matiana	<i>Aline Fabiana Matiana</i>
PGM	Thais Graff	<i>Thais Graff</i>
SMS	Silvia Eloisa Grandó Águila	
	Werner Rodrigues Franco	
Iniciativa Privada	Gustavo Bulcão Vianna Rodrigues	
	Lorena Morudo Babot	
Profissionais Liberais	Guilherme Santos de Farias	<i>Guilherme Santos de Farias</i>
	Pedro Schultz Fonseca Baptista	Justificou ausência
ONGs	Aliator Silveira	Justificou ausência
	Joanir Maria Neves de Souza	<i>Joanir Maria Neves de Souza</i>
Região Norte da Ilha	Maria do Carmo da Silva	Justificou ausência
	Willen André Maia Kasseby	Justificou ausência
Região Leste da Ilha	Kleber Pinho	<i>Kleber Pinho</i>
	Márcio Miguel Sodré	
Região Sul da Ilha	Roseane Lucia Panini	<i>Roseane Lucia Panini</i>
	Adriana Chagas	IVAN E MARIS, REPRESENTANTE
Região Centro da Ilha	Leide Sayuri Ogasawara	Justificou ausência
	Maria Aparecida da Silva Costa	
Região Continental	Lizete Contin	<i>Lizete Contin</i>
	Cintia Cruz	
UFECO	Ivário Alves da Luz	<i>Ivário Alves da Luz</i>
	Angela Maria Luti	
Secretaria executiva	Paulina Korc	<i>Paulina Korc</i>
SMHOU	Jvanna Costa Tomasi	<i>Jvanna Costa Tomasi</i>